

Belo Horizonte, 08 de Julho de 2019

Ofício 012/2019

Prezado Senhor,

Sobre as negociações coletivas do setor da panificação do Estado de Minas Gerais informamos:

- Não foram celebradas convenções coletivas de trabalho em 2019, exceto para Belo Horizonte e região, Contagem, Arceburgo e região, e Curvelo e região.
- O principal motivo é a Contribuição Assistencial profissional, que pelas novas regras da Reforma Trabalhista só pode ser descontada do salário dos empregados se eles autorizarem prévia e expressamente. Entretanto, as entidades profissionais não concordaram com isso, insistindo que o desconto da contribuição seja feito de todos os trabalhadores, independentemente de autorização. Além disso, os sindicatos profissionais se recusaram a negociar pauta patronal apresentada pelo SIP.
- Este ano a categoria ficará novamente sem convenção coletiva de trabalho. Diante disso, a exemplo do que ocorreu em 2018, as empresas deverão aplicar na relação com seus trabalhadores somente a legislação trabalhista, já que os últimos instrumentos firmados expiraram em dezembro/2017.
- Diante da ausência de convenção, as empresas não são obrigadas a celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com o sindicato profissional.

Seguem algumas orientações:

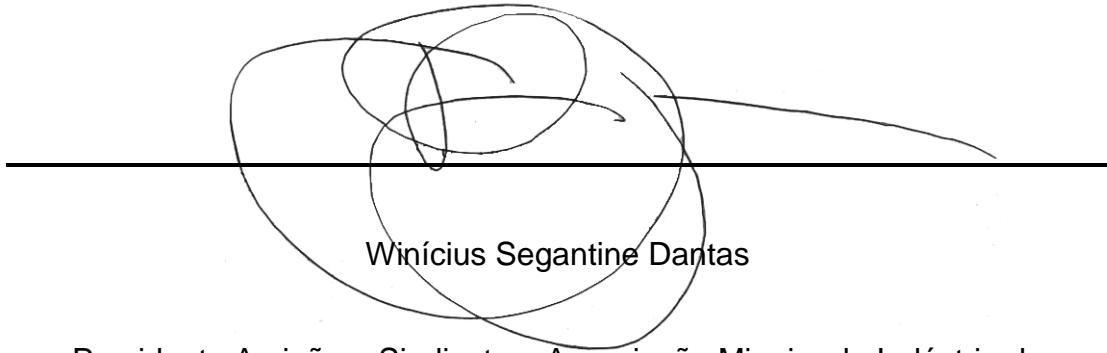
Reajuste salarial: Não existe obrigação legal de se aplicar nenhum índice. A empresa que quiser, pode conceder aumento salarial, a título de antecipação salarial, no percentual que lhe convier. Apenas a título de orientação, informamos que o índice inflacionário medido pelo INPC para a data base de 1º de janeiro foi de 3,43%. Esclarecemos, ainda, que o índice de reajuste não deverá retroagir à data-base já que não há Convenção, sob pena das empresas terem que recolher o INSS com multa.

Banco de Horas: Caso a empresa pretenda utilizar o Banco de Horas, deve negociar diretamente com seus empregados, firmando um acordo por escrito, com prazo máximo de 6 meses para a compensação.

Jornada de Plantão (12x36): As empresas que utilizam esse tipo de jornada, de acordo com a legislação vigente, devem fazer um acordo diretamente com seus trabalhadores.

Importante destacar que se a empresa resolver, por liberalidade, aplicar a Convenção Coletiva que se expirou em 2017, ou algumas de suas cláusulas, deverá estar ciente das consequências. Isso porque, poderá ser entendido no futuro, caso o assunto seja levado a uma discussão judicial, que tais condições se integraram ao contrato de trabalho dos empregados, não podendo ser suprimidas, sob pena de ofensa ao direito adquirido.

Era o que tínhamos a esclarecer, considerando a situação atual das negociações.



Winícius Segantine Dantas

Presidente Amipão – Sindicato e Associação Mineira da Indústria de Panificação